

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana; Francine Lopes Miranda de Oliveira; Elidiane Lemos do Nascimento; Renata Simone Domit.

Instituto Federal de Alagoas, rafaellagraciliano@hotmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva analisar o processo de inclusão no IFAL campus Murici, através da criação e da atuação do NAPNE. A pesquisa foi classificada como exploratória-explicativa, com exposição de práticas de políticas inclusivas que irão propiciar a compreensão de como tem se dado o processo de inclusão no Campus Murici a partir da divulgação de ações do NAPNE Murici no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Analisando as ações desenvolvidas pelo Núcleo, vinculadas aos pressupostos do TEC NEP (MEC/SETEC), pudemos perceber que tais ações atendem ao preconizado pelo Programa TEC NEP ao promover a inclusão educacional partindo de uma visão humanística e cidadã. Em se tratando das conquistas e avanços no processo de inclusão do IFAL Campus Murici, consideramos que o NAPNE é um divisor de águas. O Núcleo tornou-se um espaço de debate e de ampliação de ações que envolvam a valorização da diversidade. Nessa perspectiva, esse relato de pesquisa promoveu uma reflexão acerca da atuação do NAPNE e dos envolvidos nesse processo educativo, na expectativa da contribuição para o repensar e o ressignificar das práticas inclusivas na educação profissional tecnológica em meio à educação brasileira.

Palavras-chave: Inclusão, NAPNE, Políticas inclusivas.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um desafio para todos os Institutos Federais, e no Campus Murici (AL) a realidade não é diferente. Desde sua implantação no campus, houve inúmeras discussões e debates com os servidores, com o intuito de apresentar o NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas e conversar sobre suas futuras ações. Nesse contexto, foi possível perceber nas expressões dos servidores as preocupações quanto à inclusão dos alunos com deficiência no Instituto. Na ocasião, o campus já tinha alunos com deficiência, mas naquele exato momento algumas barreiras à implantação desse processo, de maneira mais efetiva através do NAPNE, foram impostas. Contudo, foi unânime a certeza de que é inadiável tratar dessas questões, pois a inclusão dos alunos com deficiência na escola é uma realidade e precisa ser pensada em conjunto com a comunidade escolar.

O governo federal, através de políticas públicas voltadas à Educação Profissional, tem formulado e implementado programas educacionais inclusivos que buscam diversificar o desenvolvimento de ações de caráter social e que favoreçam o acesso à modalidade de ensino profissionalizante. O INEP (2008), ao enfatizar os pressupostos que acompanham a expansão da rede federal profissional, no VIII Simpósio da série Educação Superior em Debate, destacou: “queremos uma educação plena que inclua em seu olhar e em suas temáticas - afrodescendentes, indígenas, mulheres, populações ribeirinhas, pescadores, marisqueiras, portadores de necessidades especiais” (**grifo nosso**). Tais pressupostos articulam-se na perspectiva da construção de uma política pública de educação profissional e tecnológica para o Estado brasileiro.

Relacionamos alguns dos programas governamentais de cunho sócio educacional que visam à formação na Educação Profissional. Entre eles, encontramos: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); O Programa e-TEC BRASIL - Educação Profissional a Distância; O Programa Mulheres Mil; O Programa Brasil Profissionalizado e destacamos, nesse contexto, em meio a essa política pública do MEC, sua ação através do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - TEC NEP.

O TEC NEP, ao ser instituído em junho no ano 2000, estava vinculado à SETEC e à Secretaria de Educação Especial - SEESP, do Ministério da Educação. Esse órgão se propõe a consolidar os direitos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), ao visar o acesso desses alunos aos cursos regulares dos Institutos Federais, como também à sua permanência na escola e à inserção com sucesso no mercado de trabalho (MEC/SETEC, 2006). Como parte da construção da política da educação inclusiva, suas atividades também estão relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Na ampliação dos espaços educativos inclusivos, conforme o proposto pelo TEC NEP, entre outros aspectos, consta no novo Estatuto dos Institutos Federais (Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009), a adoção da educação inclusiva no ensino profissional. De acordo com a SETEC (2010), a abertura desses espaços se dá pautado no projeto do NAPNE, que deve fazer parte da estrutura organizacional dos Institutos Federais por todo o país. Considerando, ao observar a Portaria nº 29/2010 no Art. 3º, que os Grupos Gestores do TEC NEP nas esferas Central, Regional e Estadual, podem contar com o assessoramento técnico dos Núcleos e de outros especialistas necessários à construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP), embasado na “educação para a convivência”. A “educação para a convivência”, defendida

pelos NAPNEs em cada campus dos Institutos Federais, busca desenvolver uma prática educativa que leve à inclusão dos alunos com Necessidades Específicas perante a sociedade, ou seja, que haja um ambiente natural de convívio envolvendo a participação de todos os alunos, seus pais e/ou responsáveis, a comunidade escolar e, por fim, a comunidade em geral.

Nos objetivos do NAPNE, além da cultura da “educação para a convivência”, está a aceitação da diversidade, na busca da quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, ao criar parcerias e articulações com a comunidade civil e escolar, ao buscar articular e envolver sociólogos, psicólogos, supervisores, orientadores educacionais, técnico-administrativos, docentes, discentes e pais. (MEC/SETEC, 2010).

Os valores do NAPNE foram adaptados da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), valores de uma escola inclusiva universal e para todos. Vejamos:

Toda pessoa tem direito fundamental à educação com oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; As características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são únicas; Os sistemas e os programas educacionais devem considerar à diversidade de tais características e necessidades; Pedagogia centrada no aluno com necessidades educacionais especiais no acesso à escola regular; Escolas regulares com meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias ao criar comunidades acolhedoras numa sociedade inclusiva com alcance da educação para todos. (UNESCO, 1994)

Sobre o processo de implantação do NAPNE em Alagoas, as discussões tiveram início no ano de 2012. O IFAL estava em processo de expansão e foi instituída, sob orientação da SETEC, uma comissão para elaboração da Resolução¹ Interna que legalizasse o NAPNE. Na ocasião, poucos campi foram representados nesta comissão, mas o Campus Murici esteve presente na elaboração desse documento com a presença da Assistente Social e da Pedagoga.

Para o funcionamento do NAPNE, o quadro constitui-se a princípio de um coordenador e um vice-coordenador. A função do Coordenador do NAPNE é articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dos alunos com NEE, definindo as prioridades e o material didático pedagógico a ser utilizado. Além de gerenciar a assistência técnica e o desenvolvimento de parcerias com instituições/organizações que ministram educação profissional para alunos com NEE, órgãos públicos e outros afins cuidam também da divulgação de informações, eventos, etc. (MEC/SETEC, 2010).

Os componentes do NAPNE têm como função subsidiar o Coordenador do Núcleo em suas atividades, bem como sugerir ideias, apresentar demandas e propostas, além de

¹ Resolução N°45/CS, de 22 de dezembro de 2014 no Instituto Federal de Alagoas - IFAL e tem a finalidade de incentivar, mediar e facilitar no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades específicas.

solicitarem adaptações que garantam o acesso e a permanência do aluno com NEE e facilite seu encaminhamento ao mundo do trabalho, participando também de todo o planejamento, execução e avaliação das ações do NAPNE (MEC/SETEC, 2010).

Entendemos que o NAPNE, ao ser parte do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização (TEC NEP) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) e ao ter uma política pública educacional inclusiva, que busca a melhoria do atendimento aos alunos com NEE, proporciona inúmeras possibilidades de uma movimentação interna no Campus Murici tanto no âmbito de ensino como de pesquisa e extensão.

Acreditamos que para a efetivação de uma escola inclusiva, necessitamos de uma política inclusiva de qualidade, onde as oportunidades sejam as mesmas para todos, que atenda aos alunos sem nenhum tipo de discriminação e na qual as diferenças sejam valorizadas. Tendo em vista que a escola existe para promover educação para todos, através de condições favoráveis, onde a aprendizagem seja permitida sem obstáculo algum e de forma justa e igualitária a todos os alunos, temos que encontrar meios para a realização desse objetivo. Em meio a debates em grupo e estudos sobre relatos de experiências de docentes e alunos com deficiência ficou evidente que as modificações e adequações necessárias mais importantes nesse processo, dizem respeito às questões atitudinais que envolvem não apenas os alunos com deficiência, mas aos seus pares sem deficiência, seus familiares e principalmente os professores, que são peças fundamentais para o sucesso do processo de inclusão.

É certo que por vezes observamos certo “comodismo” entre alguns servidores, o que causa incômodo àqueles que já abraçaram a causa e que se predispõem a contribuir com o que o possível. Mas é certo também que essa inquietação só tem a favorecer o processo de inclusão. O desafio dos componentes do NAPNE é promover a “mudança de atitude” que todos os envolvidos com a educação precisam ter diante do processo de inclusão, que, para ser efetivado, depende de todos. Enquanto NAPNE, é preciso despertar na comunidade escolar um olhar para as possibilidades e não apenas para as limitações, ou seja, a missão é direcionar o olhar de todos para a educação inclusiva.

METODOLOGIA

A pesquisa foi classificada como exploratória-explicativa, com exposição de práticas de políticas inclusivas que irão propiciar a compreensão de como tem se dado o processo de

inclusão no Campus Murici a partir da divulgação de ações do NAPNE Murici no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, Gil (2008) garante que a dimensão exploratória e explicativa de um estudo é fundamental, pois têm como preocupação central destacar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Em virtude da natureza “diferenciada” desse estudo e dos objetivos a serem alcançados, utilizamos o método de relato de experiência. Com isso, conseguimos ampliar os olhares para o processo de inclusão nos Institutos Federais de Educação, o que possibilitará a médio e longo prazo, observações sistemáticas que certamente oportunizarão a práxis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os professores conhecendo o NAPNE

Os professores ficaram sabendo da existência do NAPNE em uma reunião pedagógica realizada no início do ano letivo de 2015. Na ocasião, foi feito o convite para que os interessados pudessem compor a equipe. Os professores se assustaram com a iminência de receber alunos com deficiência em suas aulas. Apesar de muitos já possuí-los em seu corpo discente, alguns, apenas a partir daquele dia, começaram a reconhecê-los ou a refletir sobre isso. Assim, de forma unânime, em meio às expressões de medo e aflição, todos solicitaram formação para aprender sobre a temática da inclusão, alegando não se sentirem preparados para tal.

As reuniões pedagógicas da instituição foram utilizadas como momentos formativos para o corpo docente e dos técnicos vinculados ao Departamento de Ensino. As capacitações são pensadas a partir das demandas existentes na escola. A primeira palestra realizada teve como foco o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade). Nesse encontro, estavam presentes 80% dos docentes e foi realizada, além da palestra com uma especialista convidada, uma exposição sobre a Resolução nº45/cs, de 22 de dezembro de 2014 e a Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016.

Diante da inscrição de uma estudante surda no processo seletivo do campus, o NAPNE buscou viabilizar a compra de um curso de Libras para os servidores interessados. Foram comprados dois módulos do curso (iniciante e básico) com 25 vagas disponíveis. Além disso, realizou-se uma capacitação sobre metodologias e estratégias de ensino para a inclusão de alunos com surdez.

Nota-se que um dos maiores desafios apresentados pelo corpo docente no trabalho com estudantes com necessidades específicas está no âmbito da avaliação, pois existe uma grande dificuldade em avaliar a aprendizagem do estudante considerando o seu potencial em detrimento das exigências do sistema escolar. Com o intuito de fornecer subsídios nesta discussão foram realizadas duas formações com convidado externo: a primeira tratou sobre avaliação na perspectiva da educação inclusiva e a segunda sobre adaptações curriculares. Apesar de, em ambos os debates terem motivado interesse e participação expressiva dos professores, percebe-se que ainda existe muita resistência na implementação de ações inclusivas.

Para atender a todos e atender melhor, os professores precisam mudar e quebrar paradigmas, e a tarefa de mudar exige um árduo trabalho de aceitação da nova realidade que se apresenta. Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas. “As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitada no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e vivenciada a partir de uma gestão escolar democrática”. (ROPOLI et. al. 2010, p. 10).

Os alunos conhecendo o NAPNE

Em cada início de ano letivo, na recepção do primeiro dia de aula dos alunos, é realizada uma panfletagem entre os discentes de material produzido pelo NAPNE com o intuito de apresentar o Núcleo. Além disso, a equipe tem um espaço para falar com os alunos e mostrar que o NAPNE existe e está ativo no Campus Murici, onde se encontra, quais os objetivos, quem é o público alvo e por quem é composta a equipe.

O NAPNE, por meio do CRA² – Coordenação de Registro Acadêmico, tem aplicado um questionário de identificação das necessidades específicas no ato da matrícula. Dessa forma, é possível identificar quem é o aluno com deficiência e que tipo de necessidade específica ele apresenta. Isso serve para os casos de alunos que não entraram pelo sistema de cotas.

A transformação inicia dentro da escola quando há o reconhecimento do próprio aluno com deficiência e dos demais estudantes de que existe um órgão facilitador que irá auxiliar o

² No início de cada período letivo, o NAPNE verifica junto ao CRA a relação dos alunos identificados na matrícula como alunos com necessidades específicas e agenda uma entrevista individual com o aluno; a entrevista levanta o histórico escolar do aluno, conhece suas potencialidades e os recursos que já utiliza e/ou domina. Quando necessário, a família também é entrevistada.

processo de ensino aprendizagem. Esse “abraço de causa”, obviamente, estende-se para alunos e suas famílias. Contando com apoio de todos quicá se conseguirá alcançar a equidade.

Atuação do NAPNE

O NAPNE atua na sensibilização da comunidade escolar quanto à inclusão e os direitos de todos à educação. Além do atendimento e acompanhamento dos alunos com necessidades específicas e demandas das instituições, estão sendo realizadas atividades de cunho inclusivo com o intuito de trazer informação e formação para a comunidade escolar. A saber:

- Reunião com pais dos estudantes ingressantes. A cada início de ano letivo a equipe do NAPNE participa juntamente com a equipe de assistência estudantil e equipe pedagógica de reunião com os pais dos estudantes de 1º ano a fim de esclarecer a atuação do núcleo e orientar os pais ou responsáveis quanto à necessidade de informar à escola quaisquer tipos de necessidades específicas os estudantes apresentem.

- Acompanhamento mensal dos estudantes público-alvo do NAPNE. A cada mês um membro do Napne é designado para fazer o acompanhamento com os estudantes que possuem necessidades específicas. A abordagem tem como objetivo acompanhar o rendimento escolar, a frequência, a relação com a turma e quaisquer dificuldades que possam interferir no desenvolvimento do estudante na escola.

- Participação nos conselhos de classe consultivos e finais. A equipe do NAPNE busca, nos conselhos, conhecer melhor o desenvolvimento dos estudantes em cada disciplina, compartilhar com os docentes informações que possam influenciar no comportamento ou aprendizagem do estudante, bem como, dar orientações sobre como proceder frente às necessidades específicas dos discentes.

- Orientações e consultorias aos docentes sobre assuntos pertinentes ao NAPNE. Os membros do Núcleo ficam à disposição, em horário definido, para atender os docentes e prestar orientações sobre os estudantes acompanhados.

- Conteúdos inclusivos na disciplina Educação Física. Tem-se trabalhado com os alunos por meio da sensibilização com temáticas ligadas à inclusão e valorização da diversidade, utilizando vídeos, vivências práticas com estratégias para incluir todos os alunos, cada um com suas características, possibilitando a experimentação de modalidades esportivas adaptadas e de inclusão destas nos jogos internos.

- Atividades voltadas à formação de professores e técnicos. Foram realizadas atividades como: palestras, oficinas e cursos sobre temáticas relacionadas à inclusão no âmbito escolar.

Tais atividades tiveram a finalidade de capacitar os servidores da instituição para o desenvolvimento de um sistema de ensino inclusivo, que priorize no projeto pedagógico o respeito à diversidade.

- Recomendação para adaptações para cada necessidade específica. Foram elaborados materiais informativos sobre cada necessidade específica e entregues aos professores de todas as disciplinas de alunos acompanhados pelo NAPNE. Além disso, a cada bimestre os professores recebem o contato do Núcleo, através da aplicação de questionário, para consulta a respeito do atendimento que faz a cada aluno com necessidade específica, no que concerne à avaliação e à facilitação da aprendizagem.

- Sugestão de aquisições de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos para os alunos com NEE. O NAPNE Murici ficou responsável pela identificação dos materiais necessários para favorecer a inclusão e facilitar o processo de aprendizagem de pessoas com necessidades específicas. Assim, após esse processo, foi elaborado o termo de referência para compra de materiais e equipamentos de inclusão para todo o Instituto Federal de Alagoas.

- Promover e apoiar a criação de projetos de pesquisa, ensino e extensão na área na inclusão. Os membros do NAPNE desenvolvem dois Projetos de Iniciação Científica (PIBIC): “Percepção da comunidade escolar sobre a inclusão no Instituto Federal de Alagoas”; “Inclusão no Instituto Federal de Alagoas: percepções das equipes gestoras” e “A Coordenação Pedagógica e a Inclusão de alunos com Surdez no Instituto Federal de Alagoas”. Executam, ainda, dois projetos de ensino intitulados: “Promovendo a inclusão no Instituto Federal de Alagoas: valorização e respeito à diversidade” e “Diversidade e inclusão: conhecendo a cultura surda”. Além de fazerem parte do GEPENE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diversidade, certificado pelo IFAL.

- Visita técnica ao campus Bento Gonçalves no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS: As coordenadoras do NAPNE de Murici realizaram uma visita ao campus de Bento Gonçalves, considerado um pólo de referência na área da inclusão. Na visita foi possível ter contato com os normativos, regulamentos e documentos que orientam o trabalho voltado para os estudantes com necessidades específicas do campus. Como base nas informações trazidas, a assessoria de Ações Inclusivas do IFAL suscitou na Pró-reitoria de Ensino a necessidade de criação de uma Comissão para construção da Orientação Normativa de Inclusão do IFAL. A comissão foi criada e segue trabalhando com a perspectiva de aprovar a ON ainda em 2018.

CONCLUSÕES

Analisando as ações desenvolvidas pelo NAPNE, vinculadas aos pressupostos do TEC NEP (MEC/SETEC), podemos perceber que tais ações atendem ao preconizado pelo

Programa TEC NEP ao promover a inclusão educacional partindo de uma visão humanística e cidadã.

Em se tratando das conquistas e avanços referentes ao processo de inclusão no IFAL Campus Murici, consideramos que o NAPNE é um divisor de águas, pois se tornou um espaço de debate, reflexão e ações que envolvem a valorização da diversidade. O Núcleo ainda está no início dos seus trabalhos, porém já consegue ser visto por toda a comunidade escolar. Pensamos que, para alcançar novos resultados, precisam ser planejadas ações cujas práticas estejam articuladas com a comunidade escolar, em particular com os professores, para possibilitar um maior e melhor resultado à proposta do TEC NEC.

Cabe ao NAPNE avaliar continuamente os mecanismos de atuação, divulgar mais efetivamente o Núcleo na perspectiva de atender um maior número de alunos, como ainda, considerar os relatos e as sugestões dos alunos, a necessidade do apoio institucional e a sugestão dos professores à aquisição de bens e equipamentos de tecnologia assistiva. Cabe também ao NAPNE ofertar cursos à comunidade escolar no intuito de eliminar as resistências atitudinais.

Ao NAPNE, compete a atuação no sentido de efetivar os propósitos do TEC NEP, sob o olhar humanístico-sistemático. É necessário considerar que o atendimento aos alunos com necessidades específicas não é puramente o cumprimento de determinações legais e/ou normativas, mas sim um conjunto de tomadas de decisões que almejam o exercício da plena cidadania desses alunos e da coletividade.

Por fim, esse relato de pesquisa promove uma reflexão acerca da atuação do NAPNE e dos envolvidos nesse processo educativo, na expectativa da contribuição para o repensar e o ressignificar das práticas inclusivas na educação profissional tecnológica em meio à educação brasileira. Lançamos a democrática proposta, de expandirmos essa discussão no meio acadêmico e fora dos muros da escola, na perspectiva da troca de saberes, ainda que sejam poucas as pesquisas científicas nessa área.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC; SECADI, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação, SEMTEC/PROEP. Secretaria de Educação Média e Tecnológica / Programa de Expansão da Educação Profissional. **Revista Educação Profissional: Formação e Qualificação para o Mercado de Trabalho.** Brasília. Dezembro, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, 20 dezembro de 1999.** Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 10 ago.2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. **Portaria MEC/SETEC nº 29, de 25 de fevereiro de 2010.** Disciplina a forma de operacionalização da Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – TEC NEP

BRASIL. **Seminário Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas.** Anais. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação, SETEC - Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante - **Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/anaisseminarionacionaltecnep2005.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

COSTA, Gerline Maciel Almeida. **Núcleo de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (NAPNE): ações para a inclusão em uma instituição de ensino profissional do estado de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Alagoas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas: São Paulo, 2008.

IFAL. **Resolução N°45/CS, de 22 de dezembro de 2014** no Instituto Federal de Alagoas. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/conselho-superior/resolucoes/2014/Res%20No%2045-CS-201>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ROPOLI, Edilene Aparecida, et. al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a Escola Comum Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial [Fortaleza]. Universidade Estadual do Ceará, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2018.